

Debate sobre uma narrativa esquecida: As memórias do Visconde de Araxá sobre a Revolta de 1842

Debate about a forgotten narrative: Viscount of Araxá's memoirs on the 1842 Revolt

Debate sobre una narrativa olvidada: Las memorias de Visconde de Araxá sobre la revuelta de 1842

*Alex Lombello Amaral**

<https://orcid.org/0000-0001-9100-4848>

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar ao público um documento pouco estudado, em que um veterano da Revolta de 1842, Domiciano Leite Ribeiro, Visconde de Araxá, conta alguns episódios da mesma. Trata-se de uma narrativa bem escrita e até divertida, com casos ambientados em Aiuruoca, Baependi e São João Del Rei. Após informações básicas sobre o autor e sobre a Revolta de 1842, foi feito um debate sobre a luta pela memória da revolta, assim como contextualizados e comentados os episódios rememorados por Domiciano, e no final foi anexado o documento.

Palavras-chave: Brasil Império. Memória histórica. Revolta de 1842.

ABSTRACT: The purpose of this article is to present a little-known document to the public, in which a veteran of the Revolt of 1842, Domiciano Leite Ribeiro, Viscount of Araxá, tell some episodes of it, a well-written and even fun narrative, with cases set in Aiuruoca, Baependi and São João Del Rei. After basic information about the author and about the 1842 Revolt, the fight for the memory of the revolt was discussed, the episodes remembered by Domiciano were contextualized and commented, and in the end the document, very little known, was attached.

Keywords: Brazil Empire. Historical memory. 1842 Revolt.

* Doutor em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, com a tese *Entre Armas e Impressos: A Revolta de 1842 em Minas Gerais*. Como se pode notar em seus artigos, dissertação de mestrado e monografia, estuda a história social da política, com destaque para a história da imprensa. E-mail: lombelloamaral@yahoo.com.br

RESUMEN: El propósito de este artículo es presentar al público un documento poco conocido, en el que un veterano de la Revuelta de 1842, Domiciano Leite Ribeiro, Visconde de Araxá, relata algunos episodios del mismo. Es una narrativa bien escrita y hasta divertida, con casos ambientados en Aiuruoca, Baependi y São João Del Rei. Luego de información básica sobre el autor y sobre la Revuelta de 1842, se discutió la lucha por la memoria de la revuelta, se contextualizaron e comentaron los episodios recordados por Domiciano, y al final se adjuntó el documento, muy poco conocido.

Palabras clave: Brazil Imperio. Memoria histórica. Revuelta de 1842.

Como citar este artigo:

Amaral, Alex Lombello. “Debate sobre uma narrativa esquecida: As memórias do Visconde de Araxá sobre a Revolta de 1842”. *Locus: Revista de História*, 28, n.2 (2022): 376-393.

As memórias do Visconde de Araxá sobre a Revolta de 1842 não têm sido utilizadas nos diferentes trabalhos que tratam da mesma, quase esquecidas que foram. Não se trata de uma história da revolta, nem mesmo de memórias completas da participação do autor. São somente alguns episódios narrados com muita maestria, que teriam acontecido em Aiuruoca, Baependi e São João Del Rei, na província de Minas Gerais.

Domiciano Leite Ribeiro, elevado a Visconde de Araxá em 1872, nasceu em 1812, em São João Del Rei, filho do padre João Ferreira Leite Ribeiro, e faleceu em 1881, em Vassouras, Rio de Janeiro, de febre amarela. Em São João Del Rei Domiciano foi aluno da aula de latim do Pe. Mestre Manoel da Paixão e Paiva, a respeito do qual também escreveu. Depois, por seis anos viveu em São Paulo, onde se formou em Direito no ano de 1833. Voltou para São João Del Rei e libertou o escravo que fora seu pajem durante os estudos. Assim começava sua carreira política, com 23 anos. Foi Vereador, Deputado Provincial e Geral, Ministro, Presidente de São Paulo e do Rio de Janeiro, membro do Conselho de Estado e do Conselho do Imperador (Blake 1893, 186-187). É patrono da Cadeira número 1 da Academia Mineira de Letras. Foi membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento e da Sociedade Empresária do Teatro, ambas de São João Del Rei. Seu neto disse que era “*um retraído, um modesto, um simples*” (Cintra 1994, 82). É nome de rua em São João Del Rei (Visconde de Araxá, antiga Rua do Fogo) e em São Paulo (rua Domiciano Leite Ribeiro).

Foi um dos vereadores de São João Del Rei suspensos e processados em 1842 por emitirem uma representação contra as leis da reforma do Código do Processo e a que recriava o Conselho de Estado. Participou como um dos líderes locais da Revolta de 1842, tendo exercido o posto de

Juiz de Direito interino de São João Del Rei por indicação do presidente rebelde. Foi ativo durante a revolta, a ponto de ir a Lavras buscar dinheiro, pólvora, chumbo e combatentes (Nogueira 1979, 240, 245). Não chegou a ser processado, o que é visto por Marinho como uma das provas da corrupção dos legalistas responsáveis (Marinho [1844] 1978, 287-288).

Não muito tempo depois da revolta, mudou-se para Vassouras, no Rio de Janeiro. Em 1854 escreveu o *Manifesto Vassourense*, publicado no ano seguinte, unificando lideranças de diferentes credos políticos contra uma proposta de reforma judiciária que reduzia a influência das elites locais sobre o Júri. A reforma não foi feita. Merece destaque que esse assunto, o Júri, fora uma das questões importantes para os rebeldes de 1842, pois foi um dos pontos da Reforma do Código do Processo.

Escreveu ao longo da vida em diversos jornais de diferentes províncias. Em Minas Gerais, por exemplo, publicou no *Astro de Minas*, no *Americano* e no *Despertador Mineiro*. O documento aqui analisado foi publicado no *O Município*, periódico de Vassouras, Rio de Janeiro, no dia 5 de janeiro de 1878. Essa folha, que já estava em seu ano IV, considerava-se um “*periódico imparcial*” e seria “*propriedade de uma empresa*”, a “*Tip. Empresa do Município*”. Era uma publicação com folhetins, notícias locais, nacionais e internacionais de destaque, publicações a pedido, muitos anúncios, e quase nenhuma política abertamente partidária (O Município 6/1/1878).

Em vida publicou o livro *Trovas de um Quindan* (1862). Depois de morto, seus escritos foram compilados de diversos jornais por Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, Barão de São João Nepomuceno¹, e reunidos em *Reminiscências e Fantasias*, cujo segundo volume foi publicado em 1884, onde foi republicada a memória aqui estudada (Araxá 1884, 73-82). Outra coletânea, *Histórias de Minha Terra*, foi prometido pelo Barão de São João Nepomuceno na introdução do segundo volume de *Reminiscências e Fantasias*. Esses livros sempre foram raros, porque foram produzidos em pequenas tiragens, objetos de luxo. O que foi aqui utilizado tem bordas folheadas a ouro, o que certamente elevava seu preço, e está sob a guarda da biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de São João Del Rei, que já o digitalizou. Tem inúmeros capítulos de interesse historiográfico como o que trata de uma das viagens de D. Pedro I a Minas Gerais, ou o que trata do curso de Direito de São Paulo, ou da aula de primeiras letras de São João Del Rei.

¹ Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, nasceu em Barbacena em 1807. Participou da Revolta de 1842, tendo sido preso ao final da batalha de Santa Luzia, e foi inocentado no seu julgamento. Foi Deputado, Juiz, Desembargador, Presidente de Minas Gerais entre 1864 e 1865, e em 1881 recebeu o título de barão. Cafecultor, também foi o sócio principal da Companhia de Ferro União Mineira. Curiosamente, quando foi publicado o volume de que aqui se trata, esse barão também já tinha falecido, em 1883.

Como já se disse, Domiciano foi um dos líderes da Revolta de 1842. Essa revolta “*começou a ser discutida, em janeiro de 1842, e planejada no interior da sociedade secreta Patriarcas Invisíveis*” (Barata 2011, 2). Os Invisíveis foram citados já em 1835 pelo *O Universal* (23/1/1835), que negou sua existência, e em 1839 pela folha Regressista de Barbacena, *Parahybuna* (10/12/1839). Os Invisíveis aparecem novamente nos processos referentes à Revolta de 1842.

Embora planejada para diversas províncias, essa revolta aconteceu nas províncias de São Paulo e Minas Gerais entre os meses de maio e agosto de 1842. Os rebeldes lutavam contra a lei da reforma do Código do Processo e contra a lei que recriava o Conselho de Estado, contra o governo que as criara, e também pela anulação da dissolução da Câmara dos Deputados que tomaria posse em 1842, e não chegou a abrir suas seções. Entendiam que estavam lutando pelas liberdades políticas e até pessoais, que estariam ameaçadas por essas duas leis. Em Minas Gerais a revolta explodiu em Barbacena dia 10 de junho de 1842, e se espalhou por quase toda a região sul da província. Segundo o Visconde de Araxá a cidade mais importante da região era São João Del Rei, que aderiu à revolta dia 17 de junho. Depois de várias batalhas não muito sangrentas, a revolta foi derrotada na batalha de Santa Luzia, dia 20 de agosto de 1842 (Hörner 2010; Amaral, 2019).

Embora o texto tenha como título “*Um episódio de 1842*”, a verdade é que Araxá tratou de diferentes episódios. O primeiro caso narrado por Domiciano é sobre o conflito entre Aiuruoca e Baependi. Os demais teriam se passado em São João Del Rei. Infelizmente Araxá não informa nenhuma data, nem relaciona os episódios aos outros acontecimentos da revolta, o que dificulta contextualizá-los e compará-los com outras narrativas.

É importante ressaltar que são memórias, e a memória é um campo de luta. Um dos aspectos dessa luta é a seleção do que se lembra, ou dito de outra maneira, “*a memória revela-se como uma organização do esquecimento*”. Mais do que isso, há “*o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa. Assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo*” (...) “*A narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva*”. “*Ver uma coisa é não ver outra. Narrar um drama é esquecer outro*” (Ricoeur 2007, 457, 455, 459). A seleção feita por Araxá é bem peculiar, sobretudo em comparação com a de José Antônio Marinho.

O principal memorialista da Revolta de 1842 foi o Cônego José Antônio Marinho, que publicou sua obra em 1844. Mas um ano antes foi publicada uma coletânea de documentos da Revolta, que também tem sido fonte básica para diferentes historiadores. A obra de Marinho, em 1844, foi publicada com o nome de *História do Movimento Político, que no ano de 1842 teve lugar na província de Minas Gerais*, e posteriormente como *História da Revolução de 1842*, ainda em vida do autor, e vem sendo republicada inúmeras vezes com um ou outro título. A coletânea de 1843 é chamada

de *História da Revolução em Minas Gerais em 1842*, e sua organização é atribuída a Bernardo Xavier Pinto de Sousa. Além dessas fontes, de algumas décadas para cá os historiadores contam com os *Autos dos Inquéritos da Revolução de 1842*, publicados sob a direção de Octaviano Nogueira, e que infelizmente se limitam aos inquéritos da comarca de Campanha. Também têm sido estudadas as folhas periódicas do Brasil Império, onde a então chamada “Revolução de 1842” era constantemente citada.

A obra de Marinho e a coletânea atribuída a Bernardo Xavier são evidências da luta pela memória da Revolta de 1842, que se iniciou ainda antes da anistia, que aconteceu em 1844, e se estendeu, na imprensa mineira, até o desaparecimento dos partidos monárquicos em 1889. Havia “a preocupação tanto dos insurgentes quanto daqueles que lutaram em nome do governo imperial em dotar esse evento de uma carga simbólica a demarcar as identidades políticas em disputa” (Barata 2011, 6). Era uma obsessão dos dois lados, e como disse Paul Ricoeur sobre as memórias, “*A obsessão é seletiva*” (2007, 458).

Para Ilmar, como se sabe, “*O triunfo conservador iria impor a unificação das diversas denominações dos liberais, a partir da referência de uma derrota*”, e “*A derrota de 1842 anunciava uma subordinação*” (Mattos 1987, 105, 237). No mesmo sentido Hörner lembra que “*até mesmo as lideranças mais engajadas realizaram mea-culpa ou relativizaram o confronto armado*” (Hörner 2010, 13).

Estudando a imprensa periódica Amaral (2019) descobriu grande quantidade de exemplos em que a memória da Revolta de 1842 é evocada pelos diferentes lados políticos. Observemos os mais próximos da época em que foi publicado o documento aqui analisado.

No mesmo dia em que Domiciano publicou n’*O Município*, de Vassouras, seu artigo que aqui analisamos, a folha do Partido Conservador de São João Del Rei, *O Arauto de Minas*, em debate contra seus adversários Liberais, rememorou a Revolta de 1842:

Bem, e quem nos responderá pelos vossos crimes de 1842? (...) Enquanto para armarem contra o governo as classes menos ilustradas da sociedade propalavam que ele queria escravizar os homens de cor (...) Açulando os instintos ferozes da multidão deixavam-na correr a rédea solta pela estrada dos desatinos. Turba de cacetistas percorriam as ruas insultando com chufas as mais abjetas os cidadãos amigos da ordem. No meio de infernal alarido de gritos de morras, de pedidos de cabeças, quebravam as vidraças e caixilhos das casas dos seus contrários, davam tiros nas portas e janelas, levaram o terror e o susto no interior das famílias (...) Para excitar o ódio do pobre contra o rico, asseveraram em alto e bom som que o triunfo do revolta saldaria as contas com a praça do Rio, e de então em diante não se pagariam mais juros. (...) Mas não há mal de que não resulte um bem mais ou menos remoto. Os canibais fizeram a esta cidade durante o seu reinado de barbaria conhecer a diferença que vai de um governo legítimo e regular ao império da multidão. (...) Aqueles que mais bradaram contra a lei das reformas por haver ampliado o direito das buscas, exerceram esse direito de uma maneira assombrosa. Recrutaram a laço os mesmos que vociferavam contra o recrutamento, e as correntes, as algemas, os anginghos (Um legalista de S. José sofreu este suplício, porque disseram aos canibais que ele andava seduzindo guardas.) foram armados em instrumentos do poder pelo partido que inscrevia nos seus estandartes – Constituição e Liberdade.

E ainda isto não é tudo. A ferocidade dos Vândalos chegou a ponto de dar ordens de prisão recomendando o assassinio daqueles a quem elas se dirigiam, e dois ministros do altar não se

envergonharam de mandar engatilhar as armas contra presos inermes, contra os infelizes oficiais que arrastados pelos miseráveis por essas estradas sorveram até a última gota o cálice de amargura. (...) No segundo ou terceiro dia do reinado da constituição de Cacaes, os facciosos desobedeciam as suas autoridades, já bradavam contra elas porque não mandaram decepar incontinentemente as cabeças dos mais distintos legalistas (...)

Se acoçada de longe pelas forças imperiais em razão da ocupação da Serra Negra e Rio do Peixe os rebeldes não se vissem obrigados a evacuar esta cidade, esses próprios que os facciosos tinham amotinado e chamado para as praças públicas teriam sido vítimas da sua desobediência às leis. (Amaral 2019, 63-65).

Mas a visão dos Liberais era outra. O *Diário de Minas*, de Ouro Preto, publicou em 3 de julho de 1866: “*Este povo, desgraçado como o Polaco, enganado como o Húngaro, perseguido como o italiano, ainda tem vida e fogo; ainda não perdeu a flama da liberdade, do progresso e da civilização, prova me seja a revolução de quarenta e dois*” (Claudino 2011, 128).

Três anos depois de publicado o documento aqui estudado, a folha do Partido Conservador de São João Del Rei, *O Arauto de Minas*, ao denunciar que José Antonio Rodrigues, autor de alguns livros e vários periódicos, e dono de uma tipografia, ainda tinha “*o instinto atrabiliário do rebelde de 1842*” acrescentou que ser veterano de 1842 “*muito o recomenda no pensar do Sr. Galdino [Emiliano das Neves]*”, que era o chefe Liberal da cidade (Amaral 2019, 268).

Quase oito anos depois do artigo de Domiciano ser publicado, o periódico *S. João D’El Rei*, do Partido Liberal, falava da “*hombridade dos revolucionários de 1842*” (Amaral 2019, 103).

Nota-se por estes exemplos que a memória da Revolta de 1842 era assunto vivo e muito polêmico em 1878, quando Domiciano publicou no *Municipal* o seu artigo de sobre ela.

É indispensável observar também a conjuntura de 1878, quando o texto foi publicado. Um dia antes da publicação das memórias, o lado político do Barão de Araxá voltou ao governo, com a indicação de João Lins Vieira Cansação de Sinimbu como presidente do Conselho de Ministros, substituindo o gabinete do Duque de Caxias, depois de dez anos de governos do Partido Conservador. Araxá já saberia que isso aconteceria quando escreveu as memórias? Uma mudança não só de gabinete, mas de lado político, nesse caso caindo o Partido Conservador, e entrando o Partido Liberal, era sempre marcada por forte tensão política. Cabia ao lado beneficiado tomar atitudes conciliatórias. A atitude de Domiciano nesse sentido é nítida no mesmo jornal, onde dias antes ele publicara um convite para a missa pela alma do Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, ex-presidente do Conselho de Ministros até 1868, e depois da missa publicara que “*a ela assistiram as pessoas mais gradas desta cidade, e de ambos os credos políticos*” (O Município 6/1/1878; grifo nosso). A escolha dos temas e o tom jocoso podem ter a finalidade de melhorar as relações entre os partidos que se referenciavam muito naquela revolta. O assunto era tenso, um cabo de guerra entre os partidos, e transformá-lo em anedota podia esfriar os ânimos.

Sobre o primeiro episódio narrado por Araxá, uma batalha de três dias entre rebeldes de Aiuruoca e legalistas de Baependi, seguida de um acordo, nem Marinho, nem a coletânea de documentos de 1843 registram coisa alguma.

Só o que o Cônego Marinho informa sobre Aiuruoca é que aderiu logo no início à revolta, dia 15 de junho, depois de ocupada por tropas de um de seus distritos, Turvo, hoje Andrelândia. Sobre as ativas tropas de Turvo Marinho trata mais vezes, mas em cenários distantes de Aiuruoca. Por exemplo, marcharam até São João Del Rei, de onde acabaram enviadas de volta (Marinho [1844] 1978, 87, 99). Também se sabe que os legalistas de Aiuruoca se refugiaram em uma elevação chamada Picú (Itamonte), junto aos legalistas de Baependi.

Sobre Baependi o Cônego Marinho disse mais, e narrou outro acordo entre rebeldes e legalistas, não só diferente em seus termos, mas sem citar Aiuruoca, e sem partes cômicas. A narrativa de Marinho está de acordo com a coletânea de documentos publicada em 1843 pelos legalistas. Em Baependi a legalidade tinha grande apoio, e dominava “*uma das mais frequentadas estradas que comunicam a de Minas com a Província do Rio de Janeiro e com a de S. Paulo*” (Marinho [1844] 1978, 99).

Os rebeldes teriam conquistado Baependi no dia 25 de junho. Um acordo entre legalistas e rebeldes, favorável a esses últimos, teria sido assinado no dia 2 de julho. Dia 15 de julho forças legalistas teriam reconquistado Baependi, e dia 16 os legalistas que tinham se retirado da cidade teriam começado a retornar de Picú e Pouso Alto. Isso em Marinho e em Bernardo Xavier.

Na narrativa de Araxá os rebeldes de Aiuruoca teriam encontrado os legalistas de Baependi acampados em uma elevação. Ou seja, os baependianos do caso narrado estavam fora de Baependi. Podiam ser baependianos que já estavam fora da cidade por escolherem uma posição militarmente mais estratégica, ou o episódio narrado por Domiciano pode ter acontecido no período em que Baependi estava ocupada.

Ao tratar desse episódio o Visconde diz que:

Nessa contenda ardente os adversários pouco se importavam do que se passava pelo resto da província. Para eles o grande interesse, o interesse vital era saber qual das duas vilas levaria a outra de vencida, ditando-lhe a lei. Os mais extremados só se contentavam em não deixar pedra sobre pedra em sua odiosa rival (ARAXÁ, 1884, 74).

Esta foi uma característica de 1842 e se confirma pelos acontecimentos de outras regiões, e Marinho comenta que “*cada um julgava ter tudo feito, quando essa manifestação tinha lugar em seu respectivo Município*” (Marinho [1844] 1978, 140).

Também tratando desse primeiro caso Domiciano informa que:

A vila de Aiuruoca era toda liberal, ou chimanga, e os poucos divergentes não se animavam a externar sua opinião, salvo em algum círculo muito limitado de amigos. A vila de Baependi, pelo contrário, era toda conservadora, ou cascuda, e o número dos divergentes quase nulo (ARAXÁ, 1884, 74).

Essa também era uma característica que não se restringia a Aiuruoca e Baependi. As localidades quase sempre tinham maioria bem conhecida de algum partido. Outros municípios reconhecidos como legalistas eram Campanha, Tamanduá, Caeté e Sabará. Claro que aconteciam surpresas – por exemplo, Oliveira era conhecida como do partido que foi legalista em 1842, mas aderiu à revolta. Dentro de cada município as localidades também se dividiam entre diferentes partidos. Por exemplo, dentro de São José o bastião Liberal² era Prados, que marchou sobre o sede da Vila, que era legalista. Outro exemplo - em Sabará havia Santa Luzia como fortaleza Liberal, e os rebeldes dessa última localidade participaram das duas tomadas de Sabará (Amaral 2019, 119, 120, 122, 125, 183, 189, 205).

Domiciano também conta que durante a revolta em Aiuruoca: *“Todas as espingardas de caça e pistolas do termo afluíram ao centro, e foram distribuídas pelos bravos”* e que *“os que não tinham espingardas, nem pistolas, armaram-se de espetos e azagaias, e não eram por certo os mais mal armados.”* E por isso *“Rompeu logo um fogo nutrido até o anoitecer; mas como as melhores espingardas mal chegavam até meia distancia, não houve morte a lamentar-se”*.

É outro retrato da Revolta de 1842. As armas eram bem primitivas, inapropriadas para uma guerra, e como só a última batalha talvez tenha tido algum embate com armas brancas, as mortes foram poucas. Grande foi a quantidade dessas batalhas sem mortos, às vezes demoradas. Também foi curto o tempo de duração da Revolta, insuficiente para desenvolverem-se as doenças que na época matavam muito mais soldados que as batalhas (Amaral 2019, 241, 242).

Se o Visconde de Araxá não se enganou, uma batalha de três dias tem sido esquecida nas narrativas da Revolta de 1842. Muita coisa sobre a Revolta de 1842 não aparece nem na coletânea de documentos de 1842, nem na obra de Marinho, e em decorrência não aparece nas narrativas posteriores. É o caso do episódio do Mutuca, do qual só se sabe porque aparece em um processo. Dia 18 de julho entre 50 a 80 homens armados se reuniram em uma fazenda das redondezas e marcharam sobre o arraial do Mutuca, onde dominaram por um ou dois dias, prendendo e ameaçando as autoridades legais (Nogueira 1979, 135-139, 141-142). Novas pesquisas podem revelar outros rastros esquecidos (Ricoeur 2007).

Dos episódios de São João Del Rei o mais importante parece ser outra visão do que Marinho retratou como a Revolta da Guarda Nacional de São João del-Rei. Para Marinho *“Um*

² O uso de Liberal, com letra maiúscula, indica somente o pertencimento ao então chamado Partido Liberal.

piquete de observação trouxe a notícia de que do lado do Elvas se aproximavam forças...” (Marinho [1844] 1978, 94). Para Domiciano foi “*um rapaz audacioso*” que foi espionar os rebeldes. Para Marinho:

O Tenente Coronel comandante da Guarda Nacional, que tantos insultos havia prodigalizado nos dias anteriores aos seus subordinados, perguntava-lhes agora com voz suplicante, se o não queriam para seu comandante? Gritos de “fora” foi a única resposta a tanta covardia. Foi pelo Chefe de legião ordenado ao Tenente Ruas, instrutor, mandado, havia pouco, pelo Presidente Veiga, que tomasse o comando do batalhão; teve, porém, o mesmo recebimento. Apresenta-se finalmente o Major Francisco José de Alvarenga, e foi ele acolhido pela Guarda Nacional com aclamações e vivas. Atreveu-se então um Guarda Nacional a soltar um viva o Presidente interino, e tanto bastou para que os oligarcas, lançando ao chão as armas, se arremessassem uns aos pés, outros aos pescoços dos homens da oposição... (...) Cada um dos mais notáveis dentre estes conduziu à casa alguns dos oligarcas que mais se haviam comprometido com a população (Marinho [1844] 1978, 94).

A narrativa do *Despertador Mineiro* é um pouco diferente tanto da versão de Marinho quanto da versão de Domiciano de 40 anos depois, e deve-se saber que Domiciano era tido como um dos redatores do *Despertador Mineiro*:

À tarde tocam a novo rebate, e então porque um dos chefes de Pedestres declarou, que tinha ordens de resistir e fazer fogo, cai a Reserva sobre eles, e logo foi acompanhada da ativa, que todas juntas começaram a enxotar os Pedestres, e ao mesmo tempo a dar vivas ao novo Presidente (Despertador Mineiro 25/7/1842).

Existe ainda o acréscimo d’*A Ordem* de que o levante teria sido feito com “*vozerias de – morras. – e gritos de – fora*” (A Ordem 19/10/1842), que não se encontram nas demais versões. E como se verá abaixo a versão de Domiciano publicada em 1884 é diferente dessas três. Cada uma das três versões tinha um objetivo diferente, como se discute adiante.

Também sobre São João Del Rei, Araxá cita o “desembargador G.” e o “Dr. A.” Quem seriam?

O “desembargador G.” era muito possivelmente Gabriel Mendes dos Santos (1795-1873), natural de São João Del Rei. Filólogo e juriconsulto, foi Juiz de Fora de Santos, Intendente interino dos Diamantes em 1830, Juiz de Direito, Desembargador, Ouvidor em São João Del Rei de 1830 a 1832, Deputado Geral e Senador. Presidiu a Câmara dos Deputados quando foi aprovada a Lei Euzébio de Queiroz, na legislatura 1850-1852. Foi Provedor da Santa Casa de Misericórdia, e também foi da mesa da Ordem Terceira do Carmo, ambas de São João Del Rei. Escreveu para *A Ordem*. Assinou dois exemplares dos *Apontamentos*, de José Antonio Rodrigues, em 1856 (Viegas 1953, 163). As informações sobre figura tão proeminente são relativamente escassas, de forma que o que nos fornece o Visconde de Araxá é uma preciosidade.

Quem era o “doutor A”, respeitado pelos rebeldes? Essa já é uma questão mais difícil, porque existiam muito mais doutores que desembargadores.

A letra “A” logo lembra Francisco José de Alvarenga que foi considerado por Marinho como “*um dos melhores oficiais que tinham os insurgentes*”. Era Alferes reformado. Em 1831 era membro da diretoria da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência do Brasil, de São João Del Rei. Foi vereador eleito em 1836 (Marinho [1844] 1978, 99, 146). Em 1859 foi um dos assinantes dos *Apontamentos* do também veterano rebelde de 1842, capitão (durante a revolta) José Antonio Rodrigues, dono de tipografia, redator de vários periódicos e autor de alguns livros, e que ao contrário de Alvarenga, foi processado pela revolta (Rodrigues 1859). Parece ter falecido em 1870 ou pouco antes. Porém, Alvarenga não era doutor.

Havia o Dr. Francisco de Assis e Almeida, advogado, vereador de São João Del Rei, que se envolveu na revolta, e depois da mesma se mudou para Vassouras, onde acabou ficando, e onde também acabou se estabelecendo o Visconde de Araxá. O Dr. Assis pode muito bem ter sido uma fonte sobre o episódio em que ele mesmo teria sido citado como “Dr. A.”. Assim como Araxá, o Dr. Assis se envolveu ativamente na vida pública de Vassouras. Era irmão do em 1842 já falecido Baptista Caetano d’Almeida (criador da primeira biblioteca pública de Minas Gerais, jornalista, chefe Liberal, Vereador, Deputado Provincial e Geral).

O Visconde de Araxá não foi o primeiro a dizer que o Cônego Marinho “*não podia expor com imparcialidade fatos em que tomou parte conspícua*”. Curioso, contudo, como se verá, é que os fatos narrados por Domiciano não contrariam a parcialidade de Marinho, pois nem desabonam os Liberais que são heróis do livro de Marinho, e nos casos de São João del-Rei são bem desmoralizantes para os legalistas. Então por que Marinho os omitiu? Sem pretensões de adivinhar, mas os fatos recordados por Domiciano, pelo caráter irreverente, não cabiam na obra de Marinho, heróica e até trágica. Não tinham função para seus objetivos.

A única ausência notável no livro de Marinho é a da batalha entre rebeldes de Aiuruoca e legalistas de Baependi. Os episódios com o Tenente Coronel da Guarda Nacional, com o major de linha e com o “desembargador G.” não tinham relevância suficiente para entrar em uma história séria da revolta. Além disso, geraria antipatias, porque ao contrário de 1878, quando Araxá escreveu suas memórias da revolta, quase todas as pessoas envolvidas ainda estavam vivas em 1844.

Já as diferenças entre as narrativas do levante da Guarda Nacional de São João Del Rei são esperadas em lembranças. São quatro diferentes observadores, portanto são quatro versões, mesmo que Domiciano conte duas vezes, como redator do *Despertador* e como redator das memórias abaixo. Além de percepções diferentes, os interesses dos narradores são diferentes.

Recapitulando, a versão mais guerreira do levante da Guarda Nacional de São João Del Rei é a do *Despertador Mineiro*. Nela não têm lugar as notícias que afugentaram os legalistas. Um

“pedestre”, ou seja, um soldado pago pelo governo provincial, teria, pelo contrário, afirmado que tinha ordens de combater. Então a reserva, em grande parte oposicionistas, uma vez que os governistas estariam naturalmente na ativa e com postos de comando, teria iniciado o levante, acompanhada pela massa dos guardas nacionais. Essa versão está em consonância com a versão d’*A Ordem*, embora vista de outro ponto de vista. Pois para *A Ordem* também teria sido uma insurgência, uma desordem. O objetivo do *Despertador* era animar seus partidários para continuarem a rebelião, e o objetivo d’*A Ordem* era condenar os rebeldes.

Marinho não estava em São João Del Rei, porque estava com os rebeldes que marchavam a partir de Barbacena, então sua versão é a versão dos Liberais com quem se informou, uma versão semi-oficial. Nessa narrativa o episódio não tem nenhum caráter cômico. É somente heróico e trágico. Era importante mostrar os Liberais como heróis, mas ao mesmo tempo como corretos diante da lei. Um contorcionismo! As notícias que afugentaram os legalistas aparecem com menor destaque, sem seu conteúdo, portanto sem exageros, e por parte de uma fonte que seria mais confiável, um piquete, ou seja, várias pessoas a cavalo, e não um só gaiato, que poderia até ser rebelde, como na versão de Domiciano. Com as notícias os legalistas teriam caído em desespero, mas ainda sobra lugar para a ação heróica Liberal. Ao invés de uma revolta violenta, em que os rebeldes “caem encima” dos legalistas, o que acontece é um processo que hoje chamaríamos de democrático – o comandante legalista coloca seu comando à disposição da tropa, que o renega. A tropa também não aceita seu substituto, e por fim praticamente aclama Francisco José de Alvarenga como comandante. Tem levante, tem heroísmo, mas também tem certo verniz de legalidade. Há gritos de “fora” e um grito decisivo, mas não é um “morra” como na versão d’*A Ordem*, e sim um “viva”. O objetivo era glorificar e defender os rebeldes.

A versão do Visconde de Araxá é a menos guerreira. Não tem gritos de “vivas” nem de “morras”, não tem heroísmo, e na verdade não tem nem rebeldes, incluindo o próprio autor, que não diz uma linha sobre a sua própria participação. Trata-se, ao menos oficialmente, de um rebelde arrependido. Quer mostrar a revolta com cores divertidas, sem mortes, na qual até as feridas teriam sido cômicas. O objetivo parece ter sido conciliador.

Ao historiador não cabe escolher versões, e muito menos descartá-las. Elas são rastros da história, pois são ações de seus autores, pistas da época em que foram escritas. São evidências da disputa entre as elites do Brasil Império pela construção da memória histórica. E em alguns casos é possível se deliciar com elas:

Anexo

Um episódio de 1842

Não levo em vistas historiar o movimento, rebelião, revolução, ou como melhor nome haja, que se deu nas importantes províncias de S. Paulo e Minas, e tantas desgraças acarretou sobre elas, especialmente sobre esta última, povoada de homens laboriosos e pacíficos.

O cônego Marinho narra em um livro os acontecimentos de 1842; mas seja dito sem ofensa à sua memória, este padre, inteligência rara, um dos melhores corações que tenho conhecido, não podia expor com imparcialidade fatos em que tomou parte conspícua.

Esta tarefa deve ficar reservada aos posterios, ou aos contemporâneos alheios à luta, ou que muitos anos depois, acalmadas as paixões, conseguem encarar os fatos com olhos desprevenidos.

Meu fim é unicamente narrar a tremenda luta que se deu entre a muito nobre e heróica vila de Aiuruoca e a muito nobre e leal vila de Baependi, distantes uma da outra cerca de cinquenta léguas, e, como vizinhas, rivais inconciliáveis, e professando ideias inteiramente opostas.

A vila de Aiuruoca era toda liberal, ou chimanga, e os poucos divergentes não se animavam a externar sua opinião, salvo em algum círculo muito limitado de amigos. A vila de Baependi, pelo contrário, era toda conservadora, ou cascuda, e o número dos divergentes quase nulo.

Nessa contenda ardente os adversários pouco se importavam do que se passava pelo resto da província. Para eles o grande interesse, o interesse vital era saber qual das duas vilas levaria a outra de vencida, ditando-lhe a lei. Os mais extremados só se contentavam em não deixar pedra sobre pedra em sua odiosa rival.

Depois de muitas hesitações os valentes de Aiuruoca resolveram marchar sobre Baependi. Todas as espingardas de caça e pistolas do termo afluíram ao centro, e foram distribuídas pelos bravos; e os que não tinham espingardas, nem pistolas, armaram-se de espetos e azagaias, e não eram por certo os mais mal armados.

E marcharam ardendo em entusiasmo; mas a meio caminho, chegando ao alto de um monte, avistaram os inimigos acampados e entrincheirados no alto do outro monte.

Rompeu logo um fogo nutrido até o anoitecer; mas como as melhores espingardas mal chegavam até meia distancia, não houve morte a lamentar-se.

Durou o fogo três dias, suspendendo-se à noite, em que de parte a parte se acendiam grandes fogueiras com o fim de evitar surpresas.

Ao cabo dos três dias os de Aiuruoca suspenderam a fuzilada por falta de pólvora; e como os de Baependi fizessem o mesmo, ficaram aqueles entendendo, que a estes também faltava munição.

Por conselho dos mais ousados resolveram os de Aiuruoca marchar sobre o inimigo, e decidir a questão a ferro frio; mas ao chegarem à baixada estes, que mais cautelosos tinham reservado alguma munição, fizeram uma descarga geral, e tão mortífera, que poucos restaram de pé.

Grandes vivas soaram por aquelas quebradas, e a música dos vencedores tocou o hino nacional.

O tenente coronel Juca, pertencente à força invasora, homem baixo e roliço, querendo aproveitar as vantagens da sua rotundidade, ao ouvir o toque de fogo inimigo, deitou-se e foi se deixando rolar até o fundo da planície, evitando desta arte tornar-se alvo de alguma espingarda mal intencionada.

O Juca tinha entre os adversários um irmão com o mesmo posto, o tenente coronel Manduca, e não obstante serem inimigos políticos, amavam-se estremecidamente.

É um dos horrores das lutas intestinas ver o irmão armado contra o irmão, o pai contra o filho, o filho contra o pai, e o amigo contra o amigo.

O Manduca pediu licença ao comandante, e lá foi de bandeira branca a ver se achava o irmão entre os mortos e feridos.

- Meu irmão, gritou ele, parando a certa distancia, está vivo, ou morto?

E repetiu os gritos por três vezes.

Ao primeiro brado o Juca abriu um olho, ao segundo abriu o outro; ao terceiro levantou um pouco a cabeça, e fez sinal negativo com o dedo.

Mas a este tempo os soldados vitoriosos, impacientes e animados por aquele silêncio, foram se chegando.

- Traição! Gritaram os mortos, erguendo-se de repente e correndo para o seu acampamento.

- Traição! Responderam os legalistas, fazendo o mesmo movimento retrogrado.

Dentro em poucos minutos cada uma das forças tinha voltado à sua antiga posição.

Após um combate tão encarniçado, em que ficou salva a honra de cada um dos partidos, os sábios do acampamento Baependi propuseram, e os outros concordaram em enviar ao acampamento inimigo uma comissão de cinco membros afim de pedir armistício.

E de fato para lá se dirigiram cinco homens respeitáveis já por sua idade, já por sua posição, precedidos pela bandeira branca.

Foram recebidos com todas as honras do estilo, e logo concordaram os de Aiuruoca em nomear outra comissão de igual número de membros, escolhidos dentre os mais conceituados.

Começaram logo as conferências, e após duas ou três horas de cordial discussão foram lançados e assinados pelos plenipotenciários de ambas as partes, os seguintes artigos:

Art. 1º – Fica desde já concordado e assentado um armistício, ou suspensão de armas, que durará até a celebração final da paz.

Art. 2º - Cada um poderá voltar livremente para sua casa, cuidar nas suas ocupações, e transitar por toda a parte, sem que seja inquietado por suas opiniões.

Art. 3º - Os mortos de ambos os partidos serão enterrados com toda a decência e sem distinção.

Art. 4º - Serão trocados os prisioneiros e feridos; e enquanto se não fizer a troca, serão tratados e pensados como amigos etc.

Os inimigos de ainda há poucos abraçaram-se cordialmente; muitos derramaram lágrimas de contentamento, e em seguida cuidaram em procurar os mortos e feridos.

Mortos felizmente não foram encontrados, ficando por isso letra morta o art. 3º da convenção.

Entre os feridos contavam-se o tenente Juca, que no rolar pela escarpa tinha apanhado arranhaduras em diversas partes do corpo.

Um guarda nacional, que em sua carreira desabrida para voltar ao respectivo acampamento tinha torcido e deslocado o pé.

Alguns outros acusavam estrepadas.

O ferimento mais grave era de um alferes imprudente, que tinha carregado a pistola até a boca. Ao dar fogo, a arma arrebentou e feriu-lhe a mão.

Este foi condecorado com o hábito de Cristo, como ferido no combate.

Com a medalha ao peito sentia ele grande prazer em mostrar a mão avariada, e contar os perigos porque tinha passado.

Com toda razão o veterano sente orgulho, o mais legítimo dos orgulhos, em mostrar os sinais dos ferimentos ganhos no campo da batalha. Cada uma das cicatrizes é a sua melhor fé de ofício.

Quase ao mesmo tempo davam-se em uma das cidades mais importantes da província atos de valentia, que não devem ficar no esquecimento.

Proclamada a revolta em Barbacena, o presidente José Feliciano marchou com a guarda nacional sobre S. João del-Rei, escolhida com razão para sede temporária do governo, por ser a mais importante povoação ao sul da província.

Aí os espíritos estavam agitadíssimos, e junto a uma grande casa da rua da Intendência, que faz esquina com a de S. Francisco, casa onde residia o juiz de paz, reunia-se a guarda nacional, fardada e armada. Para lá também afluía da manhã até à noite, com arma ou sem ela o resto da população masculina, velhos e moços.

Ouviam-se a cada passo proclamações entusiásticas, destinadas a firmar cada vez mais nos espíritos tíbios o aferro à causa da legalidade.

Em um dia, a todos os respeitos memorável, deu-se logo pela manhã um acontecimento, que impressionou a muitos, e ao mesmo tempo fez rir a outros.

Na loja da casa reuniam-se os oficiais e curiosos em grande número. Um deles querendo examinar os fechos de uma reúna, fê-lo tão desajeitadamente, que a arma disparou e a bala foi crivar-se no teto.

O tenente coronel comandante deu um grito, pondo a mão sobre o coração, e caia redondamente no chão, a não ser amparado pelos circunstantes.

Carregaram-no para dentro, despiram o homem, os médicos e cirurgiões presentes fizeram minucioso exame e não puderam descobrir ferimento, ou contusão.

Tornando a si, perguntou muito assustado:

- O que é que eu tenho?

- Medo, Sr. tenente coronel, disse um dos médicos.

- Medo!... Sr. doutor...

- Ou um ataque de nervos, se a palavra lhe soa melhor.

- Isso pode ser. Eu sou muito sensível, e fácil de comover-me.

E por não ter pernas capazes de andar, voltou para casa em uma cadeirinha. Mas fique aqui consignado em honra da banda que cingia, o homem era nervoso e não medroso.

Este fato pareceu de mau agouro aos brabos defensores da ordem.

Pouco depois chegou a toda brida um rapaz audacioso que tinha sido mandado como explorador, afim de observar os movimentos da força invasora que vinha de Barbacena.

Em frente do batalhão formado narrou ele, que José Feliciano aí vinha à testa de cinco ou seis mil homens bem armados, e com duas peças de artilharia.

- Dois monstros, concluiu ele, que sem exageração, vão desde aqui até aquela esquina.

Foi como se ouvissem a voz de dispersar.

Em um momento sumiram-se os legalistas, correndo o bom correr em todas as direções.

Só restava um, impassível no seu posto, e como que protestando com a sua presença contra a covardia dos outros.

Era um gigante de formas hercúleas, armado desde a cabeça até os pés, e tendo preso à cinta o maior recutelão que tenho visto.

Estava encostado a uma porta fechada, imóvel e ameaçador; nem outra coisa se devia esperar de um major de linha, que passava por muito entendido em matemáticas e estratégia, bem que até aquela data tivesse conservado virgem o espadagão.

O comandante da força dirigiu-se a ele, e apertou-lhe a mão, porque, como é sabido, o militar honra e aplaude a bravura do próprio inimigo.

- Não me mate, murmurou o major com voz extinta.

Só então pode o comandante reparar para o estado deplorável daquele colosso, pálido, a tremer e mal sustentando-se de pé.

O comandante mandou-o levar para casa por dois guardas vigorosos. E lá foi ele a trancos e barrancos ao lado do Dr. A., cuja companhia exigiu como de pessoa estimada e respeitada pelos rebeldes.

A este doutor prometeu ele não pegar mais em armas até decisão final do pleito; e nem tal promessa era necessária, pois bem se deixa ver que este militar era homem essencialmente avesso ao ruído das armas.

Naquela fuga precipitada foi envolvido o desembargador G., magistrado que se apresentava sempre armado, todas as vezes que se tocava a rebate.

Este doutor, latinista a disputar com qualquer padre mestre jubilado, romanista da primeira força, e muito versado nos clássicos, primava pela rapidez e acerto com que lavrava sentenças, que podiam passar por modelos.

Contava ele com muito chiste a sua proeza guerreira.

- Quando ouvi, dizia o desembargador, a voz do mensageiro, que me pareceu a trombeta do júizo final, disparei em direção à minha casa e atravessei o córrego com água até os joelhos, visto como não se quis renovar em meu proveito o milagre com que foram favorecidos os hebreus, atravessando o Jordão a pé enxuto. Cheguei a quartéis salvando armas e bagagens; e vi com certo prazer que aos sessenta e tantos, ainda conservo o vigor de pernas dos meus vinte e cinco anos. Estas molas não estão enferrujadas como eu supunha.

Não pense que o autor diga essas coisas em desabono dos seus patrícios.

O soldado mineiro em mais de uma província tem dado provas da sua valentia.

Nessa mesma revolta deixou ver aquilo de que é capaz, quando comandado por quem lhe inspire confiança.

Que o digam os combates de Queluz, Santa Luzia, e outros, travados contra tropa de linha escolhida e afeita ao fogo.

Se a minha província infelizmente tiver algum dia de recorrer às armas, e confiar-me o comando, eu seguirei o sistema dos Aiuruocanos e Baependienses, porém mais aperfeiçoado.

Isto de ficarem à vista, uns de cá outros de lá, não me serve. Por grande que seja a distância, as diabólicas espingardas de moderna invenção são bem capazes de algum...

Eu poria uma montanha de permeio entre as minhas forças e as do inimigo, e fogo até o último cartucho!

O primeiro que se sentisse exausto de munições, proporia tréguas para enterrar os mortos, e curar os feridos, celebrando-se em seguida uma paz honrosa.

Uma guerra por este sistema seria pouco mortífera e civilizadora.

Isto do irmão matar o irmão não tem propósito.

Nem destas guerras eu quero.

Ao país que tem júri e liberdade de imprensa, embora as outras instituições estejam falseadas, sobram os meios de levar as coisas a bom caminho mais cedo ou mais tarde.

Ora o povo brasileiro em geral é sensato, e o mineiro então não quer ver atravancadas por tropas militares as estradas por onde manda ao grande mercado os seus queijos, os seus toucinhos, os seus fumos e os seus algodões.

Portanto combatamos quanto quiserem, mas só de língua e perna.

Esta é minha opinião.

Macedônio.

(O Município 6/1/1878).

Referências bibliográficas

Amaral, Alex Lombello. “Entre armas e impressos: A revolta de 1842 em Minas Gerais”. Tese de Doutorado, Juiz de Fora, UFJF, 2019.

Araxá, Visconde de. *Reminiscências e Fantasias*. Vol. II. Vassouras: Tipografia do Vassourense. 1884. <https://ihgsaojoaodelrei.org.br/livros-raros/>

Barata, Alexandre Mansur. “Política provincial e a construção do estado nacional brasileiro: Minas Gerais (1834-1844)”. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

Blake, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Vol. II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1893.

Cintra, Sebastião de Oliveira. *Galeria das Personalidades Notáveis de São João del-Rei*. São João del-Rei: FAPEC, 1994.

Claudino, Guilherme Pereira. “Uma verdadeira torre de Babel: Entre a Corte e a Província – a Liga Progressista em Minas Gerais”. Dissertação de Mestrado, São João Del Rei, UFSJ, 2011.

Hörner, Erik. “Em defesa da Constituição: A guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)”. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 2010.

Marinho, José Antônio. *História da Revolução de 1842*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1978.

Mattos, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec. 1987.

Nogueira, Octaviano (org.). *Autos dos Inquéritos da Revolução de 1842 em Minas Gerais*. Brasília: Senado Federal; UNB, 1979.

Ricoeur, Paul. *A história, a memória e o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp. 2007.

Rodrigues, José Antônio. *Apontamentos da População, Topografia e Notícias Cronológicas do Município da Cidade de São João del-Rei*. São João del-Rei: Tipografia de José Antônio Rodrigues. 1859.

Viegas, Augusto. *Notícia de São João Del Rei*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1953.

O Universal. (Ouro Preto)

O Parahybuna. (Barbacena)

O Despertador Mineiro. (São João Del Rei)

A Ordem (São João Del Rei)

O Arauto de Minas (São João Del Rei)

A Tribuna do Povo (São João Del Rei)

S. João D’El Rei (São João Del Rei)

O Município (Vassouras)

Recebido: 23 de novembro de 2021

Aprovado: 04 de fevereiro de 2022